



Embaixador prevê retorno de Cuba à OEA

Conjuntura que excluiu país do organismo mudou totalmente, afirma diplomata na CRE. **6**

Edmundo Fujita, Paulo Cesar de Oliveira, Heráclito Fortes e Casaes e Silva na Comissão de Relações Exteriores

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV – Nº 2.939 – Brasília, sexta-feira, 5 de dezembro de 2008



Flávio Arns (ao centro, entre os personagens Luca e Dorinha) preside audiência pública conjunta de comissões

Defesa de mais direitos para as pessoas com deficiência

A necessidade de ampliar o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho foi ressaltada ontem por senadores em audiência pública. A **4ª**

Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência se encerra hoje com apresentação da peça *Mundo azul*, da Turma da Mônica, e *show* da Banda Zaktar. **7**

Congresso aprova créditos no valor de R\$ 5,2 bilhões **3**

Diploma Bertha Lutz reconhece papel social de cinco mulheres **2**

Brasileiro quer mudar as regras das MPs

Pesquisa do DataSenado mostra que a maioria dos brasileiros defende mudanças no exame das medidas provisórias (MPs). Para 96%, o Congresso deve avaliar os critérios de urgência e relevância das MPs. A pesquisa aponta melhoria na imagem dos senadores e do Senado. "Os números me levam a crer que estamos no caminho certo", disse o presidente da Casa, Garibaldi Alves. **3**

A criação de um Estado palestino foi defendida ontem por parlamentares e autoridades presentes na sessão solene do Congresso Nacional que comemorou o dia internacional de solidariedade àquele povo. Outra sessão – do Senado – homenageou o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) pela passagem de seus 75 anos. **4**



Entrega de prêmio será feita em sessão especial do Senado no Dia Internacional da Mulher, em 8 de março de 2009. Ex-primeira-dama Ruth Cardoso recebe homenagem

Conselho define vencedoras do Diploma Bertha Lutz

O CONSELHO DO Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz já escolheu as cinco mulheres, entre 55 indicadas, que serão agraciadas com o prêmio em 2009. A embaixadora da Boa Vontade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Lily Marinho, e a juíza Sônia Maria Amaral Fernandes Ribeiro receberam 6 votos cada uma; a jornalista, atriz e poeta Elisa Lucinda Campos Gomes teve 5 votos e, com 4 votos cada uma, foram



Serys e Inácio Arruda, presidente e vice do conselho, anunciam as escolhidas

escolhidas a secretária-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cléa Anna Maria Carpi da Rocha, e a assistente social Neide Viana Castanha, coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

As selecionadas receberão o diploma no dia 8 de março de 2009, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, em sessão especial do Senado. A ex-primeira-dama Ruth Cardoso foi escolhida por unanimidade pelos

senadores do conselho para ser homenageada *in memoriam*.

A presidente do conselho, Serys Shessarenko (PT-MT), informou que as cinco eleitas foram selecionadas após a análise dos currículos de 55 mulheres indicadas por parlamentares e instituições. O prêmio Bertha Lutz foi instituído pela Mesa do Senado em 2001 para homenagear mulheres brasileiras que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero. Bertha Maria Júlia Lutz, que dá nome

ao prêmio, nasceu em 1894. Ela liderou a luta pelos direitos políticos das mulheres no país e pela aprovação da legislação que garantiu a elas a possibilidade de votar e de ser votada.

Além de Serys e do vice-presidente, Inácio Arruda (PCdoB-CE), compõem o conselho Roseana Sarney (PMDB-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Marco Maciel (DEM-PE), Cristovam Buarque (PDT-DF), João Ribeiro (PR-TO), Renato Casagrande (PSB-ES), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

“Escolhidas desempenham importante papel social”

Segundo a presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, Serys Shessarenko, todas as mulheres indicadas para o prêmio são “grandes nomes” que desempenham importante papel social no país.

Entre as cinco eleitas, está a juíza Sônia Maria Ribeiro, indicada pela coordenadora de Atividades Especiais da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, em reconhecimento ao trabalho que realiza pelo fim da violência contra as

Lily Marinho foi indicada pela presidente da Casa São João Batista da Lagoa (RJ). Ela contribuiu para que fosse renovada a rede de museus privados e públicos brasileiros e recebeu várias condecorações por sua atuação nas artes.

A poeta e atriz Elisa Lucinda, indicada pela secretária especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Nilcéa Freire, expressa em seus poemas os tipos de discriminação que a mulher negra sofre e as condições femininas na vida cotidiana.

Outra eleita, a advogada Cléa Anna Maria Carpi da Rocha, atua profissionalmente há mais de 30 anos visando melhorar a condição humana com a perspectiva de solidariedade e justiça social.

Foi indicada pelo vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

A assistente social Neide Castanha, apresentada pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE), também foi escolhida. Pelo trabalho que realizou na Penitenciária Feminina da Capital, em São Paulo, ela recebeu a visita e o apoio do Prêmio Nobel da Paz de 1980, Adolfo Pérez Esquivel. Neide também atuou na organização das prostitutas do centro de São Paulo e de meninos de rua da Praça da Sé.

In memoriam

A socióloga e ex-primeira-dama Ruth Cardoso, que morreu em 24 de junho deste ano, será a homenageada *in memoriam*. A sugestão partiu da deputada Thelma de Oliveira (PSDB-MT). Dona Ruth, como era chamada, criou o Conselho da Comunidade Solidária.

Senadores buscam informações sobre Chico Mendes

Uma diligência, hoje, na Assembleia Legislativa do Acre, em Rio Branco, vai tomar depoimentos e informações sobre as contribuições do líder seringueiro Chico Mendes – assassinado em 1988 – e do movimento dos seringueiros da Amazônia para a preservação da floresta.

Requerida pela senadora Marina Silva (PT-AC), a diligência é composta por senadores das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)

e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Marina Silva solicitou que fossem convidados, para prestar informações, o vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Júlio Barbosa de Aquino; o advogado Gomerindo Clóvis Garcia, do Comitê Chico Mendes; e o governador do Acre, Arnóbio Marques de Almeida Júnior.

A senadora afirma, no requerimento, que Chico Mendes e o

movimento dos seringueiros “se notabilizaram por unir movimento sindical e defesa do meio ambiente”.

Segundo Marina Silva, foi por meio da iniciativa deles que “nasceu a ideia de reserva extrativista, que, de forma simplificada, pode ser traduzida como área de preservação permanente, onde é permitida a atividade econômica sustentável”. Ela destaca ainda que, atualmente, há mais de 30 reservas extrativistas no país.

Virgílio quer punição mais dura para crimes contra a Amazônia

Projeto que estabelece punições mais duras para a devastação da Floresta Amazônica está tramitando na Comissão de Meio Ambiente (CMA). A proposta (PLS 460/08), de autoria de Arthur Virgílio (PSDB-AM), torna inafiançáveis e imprescritíveis os crimes ambientais quando cometidos no bioma Amazônia.

Na opinião do senador, “além da sensação de impunidade decorrente da pouca presença do Estado na região, as penas reduzidas fizeram avançar o desmatamento na região em 2007 e início de 2008, depois de três anos de recuo no corte ilegal de madeira”.

– À exceção do artigo 40 da Lei de Crimes Ambientais [Lei 9.605/98], todos os crimes contra a flora têm penas não superiores a quatro anos. Isso se reflete nos prazos prescricionais reduzidos e na possibilidade de suspensão condicional da pena e de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva



Jonas Pereira

Virgílio propõe tornar inafiançáveis e imprescritíveis ações contra a floresta

de direitos, como, por exemplo, prestação pecuniária – disse.

Segundo o senador, as ações do governo não têm sido efetivas na região por motivos como as carências estruturais dos órgãos federais e estaduais de fiscalização fundiária e ambiental, e a flutuação dos preços de commodities agrícolas e florestais no mercado internacional.

Se aprovada na CMA, a proposta será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde tramitará em decisão terminativa.

“Ministros devem ir a Rondônia”, diz Expedito Júnior

Expedito Júnior (PR-RO) pediu que os ministros do Meio Ambiente, Carlos Minc, da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, procurem conhecer *in loco* a situação do povo de Rondônia.

O senador sugeriu que eles sigam a atitude do ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Planejamento de Longo Prazo, que, segundo informou, reuniu-se no município de Machadinho d'Oeste (RO) com lideranças políticas do estado para discutir os problemas fundiários e o desmatamento em Rondônia.

– Que desçam até as bases, que enfrentem os problemas sem viseiras, que vão ao encontro de soluções, que discutam com a população que está vivendo o problema – disse.



Márcia Kallume

Senador pede que Stephanes, Cassel e Minc conheçam a realidade do estado

Um dos problemas a serem enfrentados, segundo o senador, é a situação da Reserva Nacional de Bom Futuro, onde vivem milhares de pessoas e que já teve boa parte de suas florestas desmatadas.

– Na verdade, ninguém mostra que aquele povo está lá há mais de vinte anos, que deixaram aquele povo entrar na área, e, hoje não há como retirá-lo de lá. Não é simplesmente com uma canetada aqui, em uma sala com ar-condicionado, que se retiram do lugar 5 mil famílias.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão os senadores José Nery (PSOL-PA) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Comissões realizam diligência em Rio Branco

Às 8h30, na Assembleia Legislativa do Acre, em Rio Branco, ocorre diligência conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA), para tomar depoimentos e buscar informações sobre a contribuição de Chico Mendes e do movimento dos seringueiros à preservação da Floresta Amazônica.



Fotos de Geraldo Mangel

Cidadão quer mudanças nas regras de MPs

Pesquisa do DataSenado mostra que 57% dos entrevistados defendem alteração na norma que prioriza medida provisória e determina trancamento da pauta

PESQUISA NACIONAL REALIZADA pelo instituto DataSenado, de 20 a 28 de novembro, aponta que a maioria das 1.092 pessoas entrevistadas em todas as capitais defende mudanças na tramitação das medidas provisórias (MPs), editadas pelo Poder Executivo. Para 57%, deve ser alterada a regra que dá prioridade à MP e seu poder de trancar a pauta da Casa. Já 38% se manifestaram pela manutenção dessa regra e 5% não responderam.

Segundo o instituto, a quantidade de MPs baixadas é um ponto polêmico na relação do Senado com o Palácio do Planalto. Das 104 sessões realizadas neste ano, até o mês de novembro, em 74 não houve votação porque as MPs trancavam a pauta.

– Quero dizer que compartilho com o pensamento do povo brasileiro, que entende a importância das MPs, mas deseja disciplinar a tramitação dessas matérias no Congresso – disse o presidente do Senado, Garibaldi Alves, a respeito dos resultados da pesquisa.

Na opinião de 96% dos entrevistados, o Congresso deve avaliar os critérios de urgência e relevância das medidas provisórias. Embora, por força de dispositivo constitucional, o Legislativo possa fazê-lo, as MPs

têm sido aprovadas quanto a esses pressupostos básicos.

Conforme o DataSenado, a população entrevistada está consciente dos conflitos entre o Congresso e o Executivo quanto ao papel de legislar: 72% dos cidadãos consultados disseram saber que o Congresso Nacional é o principal responsável pela elaboração de leis, sendo que 64% entendem que, ao editar uma MP, o presidente da República assume uma função do Parlamento.

Os números mostram, por outro lado, melhoria na avaliação do trabalho dos senadores e do Senado. A nota média atribuída aos senadores é de 5,6% – o maior número desde o início do ano. Em março, foi de 4,8; em junho, de 5,1; e, em agosto, de 5,2.

– Os números me levam a crer que estamos no caminho certo – comentou Garibaldi.

Foram entrevistadas pessoas acima de 16 anos, com acesso a telefone fixo. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos.

Veja mais detalhes

www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento/sepap/pdf/relatório_12_2008.pdf



Sessão do Congresso foi presidida por Garibaldi Alves (ao centro, na foto acima). Heráclito Fortes (à esquerda, na foto ao lado) e Gilmar Machado discutem a liberação de crédito para a Presidência da República. Vários projetos foram retirados de pauta após acordo negociado entre José Carlos Aleluia (à esquerda, na segunda foto ao lado) e Roseana Sarney



Congresso aprova R\$ 5,2 bi em créditos adicionais

O Congresso Nacional aprovou ontem nove projetos de lei de créditos suplementares e nove de créditos especiais no valor total de R\$ 5,2 bilhões.

Créditos suplementares e especiais são modalidades de créditos adicionais, utilizados para retificar a peça orçamentária durante a sua execução. Os especiais destinam-se a despesas para as quais não exista dotação orçamentária. Os suplementares destinam-se ao reforço de dotações já existentes no Orçamento.

Não chegaram a ser votados seis pedidos de abertura de créditos, pois a oposição exigiu maior detalhamento dos gastos neles previstos.

Um dos projetos que teve a apreciação suspensa abria crédito de R\$ 14,244 bilhões para a União participar do Fundo Soberano do Brasil. O projeto que cria o fundo já foi aprovado pela Câmara e está

em tramitação no Senado. O objetivo é financiar projetos empresariais estratégicos do Brasil no exterior e abrandar os efeitos da crise internacional de crédito.

A matéria foi retirada da pauta a pedido do deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA), que questionou o fato de o Congresso votar o crédito antes da aprovação do projeto que cria o fundo.

Também teve a apreciação suspensa, a pedido do senador Heráclito Fortes (DEM-PI), o projeto (PLN 84/08-CN) que libera crédito especial de R\$ 107,6 milhões para a Presidência da República, entre outros órgãos, inclusive o Senado.

Heráclito considerou insuficientes as informações sobre a destinação de recursos para a Secretaria Especial de Portos. O vice-líder do governo no Congresso, deputado Gilmar Machado (PT-MG), ao apelar

para que a matéria fosse votada, lembrou que todos os projetos da pauta se encontram no Congresso Nacional há mais de dois meses.

José Carlos Aleluia só concordou em votar o projeto (PLN 74/08-CN) que destina ao Ministério dos Transportes R\$ 176,6 milhões após ter recebido informações do diretor-geral do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), Luiz Pagot, confirmando a ocorrência de desvios em obras ferroviárias, no interior da Bahia, cujo cancelamento foi proposto no projeto.

Um dos pedidos de abertura de crédito mais elevados aprovados, constante do PLN 75/08-CN, liberou recursos de R\$ 1,05 bilhão para os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, e também para a Reserva de Contingência.



Nery: acusações contra Protógenes Queiroz são improcedentes e de má-fé

Nery diz esperar um “resgate do protagonismo do Legislativo”

Os senadores que forem eleitos para a próxima Mesa do Senado devem ser comprometidos com o resgate do protagonismo do Poder Legislativo, afirmou José Nery (PSOL-PA).

– É necessária a recuperação do protagonismo do Legislativo, com uma agenda que contemple mais projetos de lei e propostas de emendas constitucionais dos senadores – disse.

Para o senador, outros temas também devem ter prioridade

para a próxima Mesa: adoção do Orçamento impositivo; recusa da apreciação de medidas provisórias que não sejam urgentes nem relevantes; respeito aos direitos das minorias, com tratamento igualitário a todos os parlamentares e bancadas; e “rigoroso respeito” ao processo legislativo, “sem atropelo de prazo e procedimentos”.

Em apartes, Mão Santa (PMDB-PI) e Heráclito Fortes (DEM-PI) elogiaram a gestão

de Garibaldi Alves à frente do Senado.

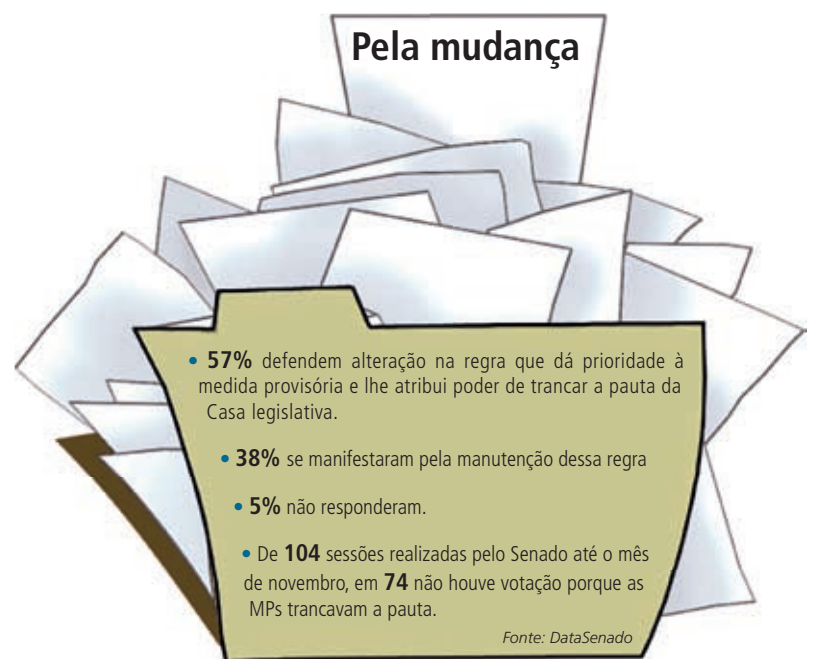
Satiagraha

O senador ainda defendeu o delegado Protógenes Queiroz, da Polícia Federal. Ele contestou as acusações de “partidarização” feitas contra o delegado, que conduziu a Operação Satiagraha, durante a qual foram presos, entre outros, o banqueiro Daniel Dantas.

– A verdade é que a investiga-

ção conduzida por ele foi às entranhas da corrupção que grassa neste país – disse, acrescentando que “Protógenes é vítima de perseguição política porque mexeu com interesses poderosos”.

Nery também parabenizou o juiz Fausto De Sanctis, que nesta semana condenou Dantas a dez anos de prisão e ao pagamento de uma multa no valor de R\$ 12 milhões. Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o pronunciamento.



"A solução para resolver a diáspora de um povo [os judeus] não pode provocar a diáspora de outro povo [os palestinos]", afirma Cristovam Buarque em sessão solene do Congresso Nacional

Senadores e autoridades defendem criação de um Estado palestino

DURANTE A SESSÃO solene do Congresso que comemorou, ontem, o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino – estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e celebrado em 29 de novembro –, parlamentares e autoridades diplomáticas presentes ao Plenário pediram unanimemente a criação de um Estado Palestino.

A sessão foi requerida por Cristovam Buarque (PDT-DF). O senador reconheceu que a instituição da Autoridade Palestina foi um passo no reconhecimento de direitos, mas considerou a medida "ainda insuficiente". Ele disse acreditar que o Brasil tem grande responsabilidade em se pronunciar nesse sentido, uma vez que foi um dos países que mais receberam imigrantes daquela região.

– É um desafio para a Humanidade resolver esse problema e não será resolvido sem um Estado palestino independente. A solução para resolver a diáspora de um povo [os judeus] não pode provocar a diáspora de outro povo [os palestinos] – afirmou Cristovam.

O presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Países Árabes, deputado Nilson Mourão (PT-AC), destacou que milhares de palestinos estão dispersos pelo mundo, e desejam um "Estado com território contínuo, com fronteiras claras".

Mourão leu uma mensagem enviada ao Congresso Nacional pelo secretário-geral da Organização das Nações Uni-



Summa, Alzaebem, Nery, deputado Nilson Mourão, Cristovam, Karmirian e Goussons

das (ONU), o chanceler sul-coreano Ban Ki-Moon. No texto, o secretário-geral diz que há mais de 60 anos os palestinos não podem exercer seus direitos inalienáveis e vivem com a sensação constante de insegurança. Ki-Moon pediu um acordo de paz que ponha termo à ocupação israelense, elimine o conflito na região e permita a criação de um Estado Palestino.

Serys Shnessarenko (PT-MT), por sua vez, ressaltou que "o povo da Palestina vive um sofrimento muito grande desde 1948, quando Israel começou a controlar 75% do território palestino". José Nery (PSOL-PA) disse acreditar que não haverá paz na Palestina enquanto "o governo de Israel, apoiado pelos Estados Unidos", mantiver ocupados territórios que historicamente pertenceram aos palestinos.

Para Romeu Tuma (PTB-SP), a paz naquela região só será realmente eficiente quando se reconhecer o direito do povo palestino e o Estado Palestino for incorporado à composição

mundial dos países independentes. O chefe da Delegação Especial da Palestina, embaixador Ibrahim Mohamed Khalil Alzaebem, afirmou ter "esperança de que a Justiça prepondere na nossa terra logo e para sempre" e que os palestinos possam ter em breve seu próprio país.

– Há 61 anos vivemos uma diáspora. Quanta energia foi usada para

tentar conseguir a paz e retirar Israel dos territórios palestinos? É um clamor repetido milhares de vezes em vão, mas a Justiça ainda não veio. Quanto tempo haveremos de esperar, quantos palestinos terão que cair, quantas crianças têm que morrer por falta de alimentos ou medicamentos? Está na hora de o mundo obrigar Israel a cumprir o Direito Internacional – disse Alzaebem.

O diretor do Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil, Giancarlo Summa, lembrou que o povo palestino é formado por oito milhões de pessoas que hoje vivem dispersas na região, em outros países e em campos de refugiados. Summa também defendeu a criação de um Estado Palestino.

Também estiveram presentes à sessão o embaixador do Departamento de Oriente Médio e Ásia Central do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Sarkis Karmirian, e o representante do Conselho dos Embaixadores Árabes, Ramez Zaki Odeh Goussous, dos Emirados Árabes Unidos.



Gerardo Maggela

Alvaro espera que Parlamento tenha "mais pragmatismo, objetividade, produção e produtividade"

Alvaro: excesso de homenagens prejudica trabalhos

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o excesso de sessões especiais para homenagear personalidades e instituições e marcar datas comemorativas realizadas durante o horário do expediente, que oficialmente vai das 14h às 16h. Na avaliação do senador, isso está prejudicando o funcionamento do Legislativo, impedindo o início da ordem do dia e estendendo demasiadamente os trabalhos.

As homenagens, disse o parlamentar, são realizadas em detrimento das votações, já que não têm hora para começar nem para terminar.

– Não temos tido ordem do dia mais; estamos realizando 'ordem da noite' – disse ontem o senador, em pronunciamento durante sessão do Congresso.

Alvaro lembrou, ainda, que os servidores do Legislativo estão sendo sacrificados com o fato de as sessões se estenderem até tarde da noite.

Na opinião do senador, tantas homenagens obstruem o trabalho dos parlamentares da mesma forma que as medidas provisórias. Ele observou que não é contrário a sua realização, mas pediu que tenham um horário próprio e adequado.

Alvaro sugeriu ainda que a comissão que está tratando da reforma do Regimento Interno do Senado atente para o problema e reveja as regras, para permitir ao Parlamento "mais pragmatismo, objetividade, produção e produtividade".

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) pediu que os horários sejam cumpridos, "sem dois pesos e duas medidas", seja no horário do expediente ou em horários distintos da sessão deliberativa ordinária, pela manhã.

Garibaldi Alves, presidente do Senado, afirmou que na comissão já existe "discussão e preocupação a respeito da realização dessas sessões", que deverão ser mais restritas.

Números

Entre 6 de fevereiro e 4 de dezembro de 2008 foram realizadas 12 sessões solenes do Congresso, 31 sessões especiais do Senado e 11 homenagens durante a hora do expediente, que antecede a ordem do dia do Plenário, também no Senado. Só nesta semana, o Congresso realizou duas sessões: em comemoração ao Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino e para reverenciar a memória do ambientalista Chico Mendes, morto em 1988. No Senado, houve homenagem ao Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea) e a solenidade de abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

No próximo dia 10, haverá homenagens à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e, no dia 11, à Fundação Rede Sarah Kubitschek. Ocorrerão também duas sessões especiais: no dia 16, à Eletrosul Centrais Elétricas; e no dia 18, pelos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. No dia 9, ocorrerá ainda uma sessão solene do Congresso, para homenagear o Dia do Marinheiro.

Sessão homenageia os 75 anos de criação do Confea

Com o Plenário e galerias lotados, o Senado celebrou ontem os 75 anos do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea). A homenagem foi solicitada pelo presidente da Frente Parlamentar da Engenharia no Senado, Marcelo Crivella (PRB-RJ).

O senador pediu que os profissionais da área lutem por moradia digna para todos. Para Crivella, é possível um Brasil sem favelas e sem pessoas residindo em locais de risco de acidentes. O parlamentar lembrou que o Confea é "o maior conselho de profissões do mundo".

Crivella, que é engenheiro civil, afirmou que não haveria melhor lugar para comemorar os 75 anos do Confea do que Brasília, "a demonstração inequívoca do que é possível ser feito pelo espírito empreendedor de um povo".

Cristovam Buarque (PDT-DF), formado em Engenharia Mecânica, enfatizou a diferença entre construir no Brasil e construir o Brasil. Para ele, construir uma ponte que vai de um lugar a outro é construir no Brasil, enquanto construir uma ponte que ligue o presente ao futuro é construir o Brasil. Da mesma forma, ressaltou a diferença entre produzir comida e fazer com que ninguém passe fome; ou construir um prédio para funcionar uma escola e dar bons salários aos professores.

Paulo Duque (PMDB-RJ) pediu apoio a sua proposta, já transformada em lei, que autoriza o Executivo federal a transferir ao governo do estado do Rio de Janeiro o Palácio Gustavo Capanema, que já foi sede dos ministérios da Edu-



Crivella destaca a importância do conselho que reúne engenheiros, arquitetos e agrônomos

cação e da Saúde. O senador lembrou a dificuldade do governo fluminense de instalar sua administração, enquanto há prédios ociosos do governo federal na ex-capital da República.

Prestígio

Heráclito Fortes (DEM-PI) enfatizou o prestígio da engenharia brasileira na Ásia, África e América Central, regiões que visitou como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). José Nery (PSOL-PA) afirmou que o país tem grande necessidade de que sejam construídas mais habitações populares, hospitais, escolas, pontes e estradas. Também enfatizou a urgência de uma reforma agrária eficaz, na qual os agrônomos devem ter grande participação.

Após fazer um breve histórico da entidade, o senador Eduardo Suplicy

(PT-SP) destacou o progresso trazido ao país pela construção de Brasília, obra dos arquitetos Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e do paisagista Burle Marx. Romeu Tuma (PTB-SP) realçou o papel dos profissionais ligados ao Confea na recuperação dos estragos causados pela chuva em Santa Catarina.

O deputado federal e arquiteto Zezéu Ribeiro (PT-BA) comemorou a aprovação, pelo Senado, do projeto (PLC 13/08), de sua autoria, que "assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social".

O presidente do Confea, Marcos Túlio de Melo, pediu esforços "para a construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária". A sessão foi comandada pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves.

Gerardo Maggela

Neuto de Conto mantém texto da MP que socorre Santa Catarina



Neuto de Conto defende a aprovação rápida da medida pelo Congresso

Neuto de Conto (PMDB-SC) decidiu manter o texto original, enviado pelo Palácio do Planalto, da medida provisória que destina R\$ 1,6 bilhão para ajudar as vítimas das enchentes em Santa Catarina. O objetivo do senador, que é relator da medida na Comissão Mista de Orçamento (CMO), é garantir que a tramitação da matéria seja rápida, evitando qualquer tipo de atraso na liberação e aplicação dos recursos.

De acordo com o texto (MP 448/08), as verbas são destinadas à reconstrução emergencial do porto de Itajaí; à vigilância, prevenção e controle de surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências em saúde; a obras emergenciais em rodovias federais e estaduais; ao socorro e assistência às pessoas atingidas pelo desastre; e ao apoio a obras

preventivas de desastres. A MP abre crédito extraordinário em favor da Secretaria Especial de Portos da Presidência da República e dos ministérios da Saúde, dos Transportes, da Defesa e da Integração Nacional.

Neuto de Conto informou que a edição da MP foi acertada depois da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ministros a cidades atingidas pelas chuvas. Para o senador, "o governo agiu rapidamente e, agora, o Congresso Nacional não pode perder tempo". Conforme disse, os recursos destinados ao Ministério da Defesa, por exemplo, servirão para o transporte de alimentos, medicamentos, materiais e equipamentos de reconstrução, além de possibilitarem o pagamento de profissionais envolvidos no socorro às vítimas das enchentes. Permitirão também apoio a operações de resgate aéreo e terrestre.

No parecer, Neuto de Conto afirma que a MP atende aos pressupostos constitucionais de imprevisibilidade e urgência e que as despesas estão relacionadas a "situações excepcionais que colocam em risco a integridade de pessoas e do patrimônio público". Ele espera que a medida provisória seja apreciada pela CMO nos próximos dias, seguindo, depois, para os plenários da Câmara e do Senado.

Heráclito rebate acusações do presidente do PT piauiense



Deputado petista teme investigação sobre ONGs, afirma Heráclito Fortes

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) desqualificou ontem as acusações que vêm sendo feitas a ele pelo presidente do PT no Piauí, deputado Fábio Novo. O parlamentar petista teria dito que Heráclito "trabalha contra o estado" e está ligado ao banqueiro Daniel Dantas, condenado por tentativa de suborno de policiais federais.

O senador assinalou que Fábio Novo fala em nome de um grupo que teme investigações sobre a atuação de organizações não-governamentais (ONGs) no Piauí. Ele ressaltou ainda que já explicou viagem feita em avião de pessoa ligada a Daniel Dantas.

O representante do Piauí denunciou viagem feita por Fábio Novo em avião de uma empresa desmatadora. O deputado, disse, também serviu de intermediário na venda de terras dessa empresa a grupo do Rio de Janeiro no município de Bom Jesus.

—O financiamento milionário da campanha dele [Fábio] por essa empresa foi denunciado por um colega de partido. Essa gente não vai me silenciar. Eu sou de uma geração que atua na política por paixão. Pode cometer erros, mas não comete crimes — destacou.

Nota de prova do concurso do Senado já pode ser consultada

Já estão disponíveis, no site da Fundação Getúlio Vargas na internet, as notas das provas discursivas da primeira etapa do concurso do Senado. O candidato pode consultar a sua nota no endereço 200.198.188.123/resultados/senado08/consulta/result.cfm.

Conforme previa o edital, foram corrigidas apenas as

provas dos candidatos que ficaram mais bem classificados nas provas objetivas da primeira etapa — as duas provas, a objetiva e a discursiva, ocorreram no mesmo dia, 9 de novembro. O número de provas discursivas habilitadas para a correção corresponde a até dez vezes o número de vagas disputadas em cada cargo.

Iniciativa aprovada na CCJ garante a pensões concedidas a dependentes de servidores públicos aposentados até 2003 correções iguais às dos proventos do pessoal da ativa



Substitutivo de Expedito Júnior (2º à dir.) isenta pessoas com 70 anos ou mais da cobrança da contribuição previdenciária

Proposta recupera valor de pensão no serviço público

AS PENSÕES CONCEDIDAS a beneficiários de servidores públicos que já estavam aposentados ou com direito à aposentadoria, quando da edição da Emenda Constitucional 41/03, poderão ter correções iguais às dos salários dos funcionários da ativa. Essa garantia é prevista em proposta de emenda constitucional aprovada quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A iniciativa será submetida agora ao Plenário, para discussão e votação em primeiro turno.

De autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), a proposição (PEC 36/08) foi acolhida na forma de substitutivo do relator, Expedito Júnior (PR-RO). No texto, ele inseriu alterações nas regras da Previdência Social, uma das quais para estipular em 70 anos o limite de idade para a cobrança de contribuição sobre as aposentadorias e pensões.

Segundo Expedito Júnior, esse limite irá reduzir "injustiça"

contra os aposentados mais idosos. Como a expectativa de vida do brasileiro é de aproximadamente 72 anos, observou o parlamentar, a interrupção da cobrança nesse momento da vida do segurado teria impacto reduzido sobre as contas da Previdência.

Retroatividade

Além de sugerir correções nas mesmas bases aplicadas aos salários da ativa, a matéria também prevê a retroatividade dos efeitos à data de vigência da Emenda Constitucional 41. Se aprovada com essa retroatividade, portanto, a proposição terminará equiparando completamente os valores das pensões aos salários nos níveis correspondentes aos que são pagos atualmente.

De acordo com Expedito Júnior, a iniciativa irá promover maior equidade entre os diversos contribuintes em relação aos valores das pensões. Conforme

o senador, as alterações anteriores já haviam assegurado o direito à paridade das correções às pensões instituídas até o dia 31 de dezembro de 2003, bem como para as que são recebidas pela regra de transição instituída no artigo 3º da Emenda Constitucional 47/05, que resultou da aprovação da chamada PEC Paralela.

A situação de servidores públicos com aposentadoria concedida por meio de outra regra — o artigo 6º da Emenda Constitucional 41/03 — estaria sendo reparada mediante proposta de mudança constitucional já aprovada no Senado e que se encontra parada na Câmara dos Deputados.

Restava, assim, conforme o relator, a situação de "iniquidade" das pensões instituídas após 31 de dezembro de 2003, relativas a servidores públicos que, naquela data, já estavam aposentados ou já tinham direito à aposentadoria.



Raimundo Ribeiro Santos Filho, João Trevisan, Valdemir Stran, Paulo Paim, Vilmar Lourenço e José Augusto durante o debate

Em debate, a concessão de aposentadoria especial

As dificuldades para a concessão de aposentadorias especiais aos trabalhadores que exercem atividades insalubres, perigosas e penosas foram discutidas quarta-feira na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

— Existe, por parte do Ministério da Previdência [Social], um projeto de bloqueio. Eles não querem assegurar que o trabalhador se aposente, no caso de mineiro, com 15 anos de serviço, como a legislação manda. E no caso dos que trabalham de forma insalubre, perigosa e penosa, em 25 anos. Eles criaram obstáculos para não garantir essa aposentadoria especial — avaliou o presidente da CDH,

Paulo Paim (PT-RS).

O senador explicou que não há lei especificando quais profissões têm direito à aposentadoria especial, apesar de o INSS já reconhecer algumas categorias que desempenham atividades de "risco notório". Decidiu-se, na audiência, formar um grupo de trabalho para propor modificações nas leis que regulamentam o direito à aposentadoria.

O advogado Vilmar Lourenço e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Pólo Petroquímico, Valdemir Estran, cobraram a regulamentação dos conceitos de periculosidade, insalubridade e atividade penosa, para que não haja dúvidas na hora da

concessão da aposentadoria.

A autorização para o benefício, segundo José Augusto, do Fórum Sindical dos Trabalhadores, segue a interpretação de cada perito. João Trevisan, da Confederação Nacional dos Trabalhadores (CNT), afirmou que só na extração de mármore e granito já morreram, este ano, 20 pessoas.

Raimundo Ribeiro, do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Paraná, mencionou a existência de um "balcão de negócios" na elaboração dos laudos que atestam perigo no trabalho.

Também participaram os sindicalistas Luiz Gonçalves, Luiz Tenório e Edson Haubert.

Ruy de Lima Casaes, que pode representar o Brasil na Organização dos Estados Americanos, falou ontem à CRE, que também aprovou indicação de três embaixadores

Embaixador prevê a volta de Cuba à OEA em alguns anos

CUBA PODERÁ VOLTAR a fazer parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) em alguns anos, disse ontem o futuro representante permanente brasileiro junto ao organismo, embaixador Ruy de Lima Casaes e Silva. A sua indicação para o posto foi aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será agora examinada em Plenário.

O governo de Cuba – e não o Estado cubano, ressaltou o embaixador – foi excluído da OEA em 1962, durante reunião em Punta Del Este, no Uruguai, no auge da Guerra Fria, que colocava em campos opostos os Estados Unidos e a então União Soviética. O governo cubano, à época, tornava-se cada vez mais próximo de Moscou.

– O quadro mudou totalmente, e um dos temas ventilados hoje é a reincorporação de Cuba. Não é um fato simples, mas estaria no campo visual da organização para os próximos

anos – disse Casaes, cuja indicação teve como relatora *ad hoc* a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT).

Embaixadas

A comissão também aprovou a indicação de Paulo Cesar de Oliveira Campos para o cargo de embaixador do Brasil na Espanha e no Principado de Andorra. A indicação foi relatada por Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Campos ressaltou que a Espanha tornou-se o segundo maior investidor internacional no Brasil, com forte presença em setores como finanças, telecomunicações, turismo e infra-estrutura. Mesmo com a crise financeira internacional, informou o embaixador, o Brasil espera contar com maiores investimentos espanhóis.

A questão mais delicada, segundo Campos, permanece sendo a migração. O embaixador disse que não aceitará que brasileiros “sejam tratados

como criminosos”.

Foi igualmente aprovada a indicação – também relatada por Virgílio – de Edmundo Sussumu Fujita para o cargo de embaixador na Coreia do Sul. Na opinião do diplomata, a Coreia pode ser considerada um exemplo para o Brasil, por haver deixado sua condição de país subdesenvolvido e se tornado uma potência econômica em apenas 50 anos.

Em 2009, informou, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em Seul, de cerimônia em comemoração aos 50 anos do relacionamento bilateral.

A CRE acolheu ainda a indicação do atual embaixador no Cazaquistão, Frederico Salomão Duque Estrada Meyer, para exercer, cumulativamente, o cargo de embaixador no Turcomenistão e na República Quirquiz. O relator da indicação foi o senador Cristovam Buarque (PDT-DF).



Janina Araújo

Garibaldi: Senado votará logo proposta que injeta recursos na construção civil

Empresários devem evitar demissões, afirma Garibaldi

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou ontem que, na atual crise econômica, a última providência de um empregador deve ser demitir. Questionado por que a Vale demitiu 1.300 funcionários e colocou outros 5.500 em férias no mesmo dia em que o presidente Lula afirmou que a economia brasileira continua em expansão, Garibaldi comparou o otimismo presidencial com o pensamento do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

– O presidente Lula tem, evidentemente, informações que nós não temos. Nós recebemos aqui, há poucos dias, o ministro Guido Mantega, que disse que realmente vai haver uma desaceleração na economia do país. Você ouviu Guido Mantega dizendo isso, mas quando você ouviu o próprio presidente Lula, ele já não fala em desaceleração, ele fala que a economia não pode parar, que as obras do governo não podem sofrer nenhuma desaceleração. Então, nós acreditamos que o presidente da República e o ministro da Fazenda podem estar sintonizados de alguma maneira para estar falando isso. Mas sentimos que há alguma diferença no sentimento de um e de outro.

A mineradora Vale infor-

mou que fez as demissões para adequar-se à baixa demanda do mercado, visto que houve diminuição, em 30 milhões de toneladas anuais, na produção de minério de ferro.

Para Garibaldi, o desemprego é a questão crucial.

– Eu acho que o reflexo mais grave da crise é quando temos pela frente notícias de desemprego. Indaguei do ministro Mantega como estava o problema do desemprego. Ele me disse que ainda não era preocupante. Mas me disse que poderia haver

período de férias coletivas e uma série de medidas restritivas da atividade industrial. Acho que o desemprego deve ser a última providência de um empregador.

Garibaldi afirmou que a criação da figura do microempreendedor individual, projeto (PLC 128/08-Complementar) aprovado na quarta-feira pelo Senado, é iniciativa de extraordinário significado para tirar 10 milhões de brasileiros da informalidade.

O presidente também disse que a Casa tomará providências imediatas para aprovar a Medida Provisória 445/08, que dispensa a Caixa Econômica Federal de repassar à União parte dos dividendos e juros sobre capital próprio, a fim de injetar mais recursos nas empresas de construção civil.

“Sentimos que há alguma diferença entre o pensamento de Mantega e de Lula”



José Cruz

Heráclito Fortes é ouvido pelos diplomatas Edmundo Sussumu Fujita (E), Paulo Cesar Campos e Ruy de Lima Casaes e Silva

Itamaraty e BNDES falarão sobre ameaça de calote

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Armando Mariante Carvalho, serão chamados para explicar à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) os riscos de descumprimento, por países vizinhos, de contratos de financiamento firmados com a instituição financeira.

A decisão de convidar Amorim

e Carvalho foi tomada ontem pelo colegiado, que aprovou requerimento, com a proposta, apresentado pelo presidente da comissão, Heráclito Fortes (DEM-PI). O senador pede que ambos comentem as “providências a serem adotadas pelo governo brasileiro com a possibilidade de não-pagamento desses empréstimos”.

O tema começou a ganhar importância depois que o governo do Equador decidiu recorrer à

Câmara de Comércio Internacional, localizada em Paris, para suspender o pagamento de dívida contraída junto ao BNDES para a construção da usina hidrelétrica de San Francisco, feita pela empresa brasileira Odebrecht. Outros países da América do Sul, segundo reportagens publicadas nos últimos dias, estariam estudando a adoção de medidas semelhantes em relação a dívidas contraídas com o banco brasileiro.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Garibaldi Alves Filho • Mão Santa

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



Delcídio Amaral (à esq., com Mendes Ribeiro Filho): "Os três Poderes vão sofrer"

Delcídio pode sugerir mais de R\$ 8 bi de cortes nas despesas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu ontem a votação dos dez relatórios setoriais apresentados ao projeto de Lei Orçamentária de 2009. Na próxima semana, o colegiado deve votar, até quarta-feira, uma nova reestimativa da arrecadação federal para o próximo ano. Com esses dados, o relator-geral, senador Delcídio Amaral (PT-MS), poderá fechar o parecer final, que deve ser entregue à comissão na quinta ou sexta-feira.

O cronograma foi divulgado, ao fim da reunião, pelo presidente da CMO, deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS). Quanto ao relatório final, a previsão é que seja votado no colegiado no dia 17, abrindo espaço para a deliberação final, em sessão conjunta do Congresso, ainda na semana que antecede a do Natal.

Sacrifício

Com os dados da reestimativa de receitas, a segunda a ser feita pela CMO, o relator-geral deverá fixar o valor definitivo dos cortes nas despesas de 2009, em consequência dos efeitos da crise financeira global no país. Delcídio já deu a entender que a redução deve ficar acima dos R\$ 8 bilhões anteriormente previstos, valor que corresponderia à perda de arrecadação prevista pelo Executivo no cenário inicial da crise. Para o relator, a perspectiva é de uma intensificação desses efeitos, o que exigirá sacrifícios de todos os Poderes em suas programações de gastos.

– Todo mundo vai sofrer: Executivo, Legislativo e Judiciário – adiantou o relator à Agência Senado.

CMO visita em Santa Catarina áreas afetadas por inundações

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, deputado Mendes Ribeiro Filho, e o relator-geral da proposta de Orçamento para 2009, senador Delcídio Amaral, estarão hoje em Santa Catarina para identificar as principais necessidades das comunidades afetadas pelas inundações em relação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Alguns dos relatórios setoriais aprovados na comissão esta semana já contemplam pedidos da bancada catarinense.

– O Brasil está unido em torno de Santa Catarina. É preciso ver

Delcídio informou que já recebeu do Executivo indicações sobre as programações orçamentárias que, no âmbito desse Poder, devem ser preservadas e as que podem ser reduzidas. Agora, como disse, sua equipe de consultores está começando a trabalhar para examinar "projeto por projeto", sobretudo para identificar as programações que apresentaram baixa execução física e financeira neste ano, pois a ideia é fazer incidir sobre essas despesas os maiores cortes.

– A intenção não é simplesmente fazer cortes, mas sim propor ajustes qualificados – esclareceu.

Na primeira reestimativa de receitas, a CMO indicou para 2009 uma arrecadação extra de R\$ 9,2 bilhões brutos, valor que se reduz a R\$ 7,9 bilhões, disponíveis para novas despesas depois do abatimento das transferências para estados e municípios. Em termos de valor, esse aumento praticamente compensaria a esperada perda de arrecadação em decorrência dos efeitos da crise sobre a atividade econômica. Porém, como esses recursos já estão comprometidos com as emendas parlamentares, bem como para despesas que ainda podem ser indicadas pela relatoria geral, fica mantida a necessidade de ajustes na proposta orçamentária.

Ontem, a Comissão Mista de Orçamento finalizou o exame de dois relatórios setoriais que tiveram seus textos básicos aprovados desde o dia anterior: os das áreas temáticas de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, e de Educação, Ciência e Tecnologia e Esportes.

o que aconteceu para se ter a dimensão do que estamos sujeitos. Tomara que a gente possa ajudar – disse Mendes Ribeiro Filho.

O roteiro da visita, atendendo a convite do Fórum Parlamentar Catarinense, que reúne deputados e senadores, começa por Itajaí e termina em Blumenau. Os dirigentes da comissão se reunirão com senadores, deputados, prefeitos e representantes do governo estadual. Os parlamentares deverão sobrevoar as áreas mais atingidas pelas chuvas, além de participar da entrega de doativos.

Arns cobra solução para a questão das pensões, já que a pessoa com deficiência perde o benefício quando passa a trabalhar, mas não pode reavê-lo quando perde o emprego

Senadores querem ampliar direitos para os deficientes

A NECESSIDADE DE se discutir a questão das pensões concedidas aos portadores de deficiência foi defendida ontem pelo senador Flávio Arns (PT-PR), ao abrir a audiência pública sobre a capacitação para o trabalho e a empregabilidade da pessoa com deficiência, realizada pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Assuntos Sociais (CAS).

– Com a pensão, eles ficam impossibilitados de trabalhar. Se optam pelo trabalho, perdem a pensão. Se depois perdem o emprego, já não podem mais ter acesso à pensão – declarou o senador paranaense, para quem "é preciso buscar alternativa para o problema".

Em suas diversas intervenções, o senador, que presidiu grande parte dos debates, também ressaltou a importância da busca

de solução para os problemas abordados na audiência.

– Que o Senado, a sociedade e as instituições se debrucem ao longo do ano, para que sejam apresentadas soluções para tudo o que for levantado aqui hoje – assinalou Arns na audiência, que integrou a 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

Oportunidade

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), que dirigiu parte dos trabalhos, observou que as pessoas com deficiência precisam de oportunidades para ingressar no mercado de trabalho, ressaltando que essas oportunidades não devem ser encaradas como favores.

– O empresário não está fazendo nenhum favor, pois essas pessoas também dão lucro às

empresas – argumentou.

Paim salientou que o projeto de sua autoria que cria o Estatuto das Pessoas com Deficiência (PLS 6/03 e, na Câmara, PL 76/06) vai se tornar referência mundial e representará um grande avanço para o país.

Já Romeu Tuma (PTB-SP) explicou projetos de sua autoria em benefício dos portadores de deficiência. Entre os principais, destacou proposta (PLS 383/08) para que sejam disponibilizadas, em todos os colégios eleitorais, urnas especiais para deficientes físicos e idosos que não consigam se locomover com facilidade.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) elogiou o trabalho desenvolvido pelo Senai, com destaque para os cursos voltados aos portadores de algum tipo de deficiência.



Mário Sérgio, Maria Aparecida, deputado Eduardo Barbosa, senador Flávio Arns, Elisete Manica (do Senai) e Eduardo Purper

Cadeirante quer competição em vez de proteção legal

Um pacto para que as pessoas com deficiência possam provar que são capazes de participar de uma seleção competitiva no mercado de trabalho e não apenas de entrar nesse mercado por meio da Lei de Cotas foi proposto ontem pelo cadeirante e estudante de Jornalismo Eduardo Purper, em audiência pública no Senado. Ele pediu aos parlamentares que fiquem atentos à importância da valorização dos deficientes como profissionais contratados por sua capacidade, e não apenas devido a uma exigência legal imposta aos empresários.

Introduzido na sala da audiência pública por um cão-guia, o assessor parlamentar Luciano Ambrósio Campos, que trabalha no gabinete de Paulo Paim, explicou que está em processo de treinamento para que possa, a partir da próxima semana, retornar ao trabalho com a ajuda do animal. Ao se declarar muito feliz com a novidade, ele foi enfático no seu depoimento.

– É um ganho de autonomia na vida da gente – afirmou Luciano, que estava acompanhado também por seus dois instrutores.

Disputa para cumprimento da Lei de Cotas

A subprocuradora-geral do Trabalho Maria Aparecida Gugel, afirmou que os trabalhadores com algum tipo de deficiência são, atualmente, disputados a tapa pelo empresário para o cumprimento da Lei de Cotas. Essa norma obriga as empresas com mais de cem funcionários a terem, em seus quadros, funcionários com algum tipo de deficiência física ou mental.

– Para atender à reserva de mercado, os empresários estão promovendo a qualificação dessas pessoas – disse a subprocuradora, que defende a Lei de Cotas como fundamental no processo de inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

A declaração foi confirmada pelo diretor de Relações Institucionais da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Mário Sérgio Fernandes de Vasconcelos, que disse ser de 6 mil o déficit de contratações no setor bancário brasileiro para o atendimento da lei Lei de Cotas.

Evento se encerra com Turma da Mônica e banda

Cerca de 800 crianças assistiram ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional, à peça de teatro *Deixa eu pintar o meu nariz*, apresentada pela Companhia Língua de Trapo. Durante o espetáculo, que fez parte da programação da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, as crianças puderam subir no palco e brincar com os artistas da companhia.

O Centro Integrado de Ensino Especial (CIEE), de Brasília, foi uma das 12 escolas representadas por seus alunos no evento. A coordenadora da instituição, Edma Gabeto, acredita que a realização de atividades como essa é muito importante para que toda a sociedade perceba que pessoas com deficiência existem e que é preciso fazer algo por elas.

Para hoje, último dia da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, estão programadas a peça *Mundo azul*, da Turma da Mônica; *show* da Banda Zaktar; e momento de integração dos personagens de Mauricio de Sousa com alunos de escolas inclusivas, sessão de autógrafos, distribuição de cartilhas e material de divulgação.



À mesa, Roberto Rigobon (E), Márcio Garcia, Francisco Dornelles, Marcelo Piancastelli, Nina Budina e Marcos Mendes

Dornelles: explorar pré-sal virou "missão de guerra"

Senador abre o último dia do 4º Fórum Senado Debate Brasil, que reúne especialistas para discutir os desafios da nova fronteira de produção do petróleo

COM A QUEDA do preço das *commodities*, a desaceleração da economia mundial e a redução do crédito, conseguir investimentos para exploração de petróleo na camada pré-sal "se transformou numa verdadeira missão de guerra", afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ). Ele abriu o segundo e último dia do 4º Fórum Senado Debate Brasil, que reúne especialistas para discutir os desafios do pré-sal como nova fronteira da produção de petróleo no Brasil.

Para o senador, a drástica mudança do cenário econômico nos últimos meses exigirá do país, além de capacidade técnica

e vontade política, muita criatividade e ousadia para identificar fontes de recursos necessários para financiar a extração de petróleo em águas profundas. Esse novo desafio, frisou, também afetou a agenda de debates no Legislativo.

– Passa para segundo plano a discussão sobre a distribuição entre entes federados da receita governamental decorrente da exploração de petróleo – disse, referindo-se às discussões sobre critérios de rateio de *royalties*, aspecto contido em diversos projetos de lei que tramitam no Senado.

No entanto, pondera Dor-

nelles, o momento oferece a oportunidade para que o país discuta e decida sobre novos instrumentos de políticas, como o Fundo Soberano. O parlamentar considera oportuna a discussão, pelo Congresso, da proposta do Executivo de criação de tal mecanismo, apontado como relevante para assegurar investimentos e estabilização fiscal.

– Devemos aproveitar a menor premência para sua criação e buscar a melhor modelagem desse fundo – sugeriu.

A proposta do governo, já aprovada na Câmara dos Deputados, tramita no Senado.

Proposta de criação do Fundo Soberano é criticada

"O projeto de lei que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB) peca por pretender, ao mesmo tempo, promover investimentos, formar poupança pública, reduzir efeitos de crises econômicas e fomentar projetos estratégicos", afirmou Marcelo Piancastelli, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também crítico da proposta, Márcio Garcia, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, acredita que faltam ao país requisitos básicos para operar um fundo soberano: superávit em conta corrente e superávit fiscal.

Os economistas participaram ontem do 4º Fórum Senado Debate Brasil: "Nova Fronteira do Petróleo – Os desafios do pré-sal". Em sua apresentação, Garcia disse considerar que o fundo só poderá operar com eficiência "quando começarem a entrar as receitas do pré-sal", o que está previsto para ocorrer em 2017.

Piancastelli observou que, atualmente, inexistem as condições macroeconômicas necessárias para viabilizar a medida. Para ele, a proposição do Executivo (PLC 164/08), que tramita na Casa, também é falha por não definir mecanismos que assegurem transparência quanto às modalidades de investimento dos recursos.

– Esperamos que o Senado modifique a legislação aprovada na Câmara, que tem objetivos múltiplos não bem definidos, é pouco clara e transfere para regulamentação posterior aspectos essenciais de um fundo soberano – frisou o representante do Ipea.

Os especialistas criticaram ainda a proposta de criação do Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização (FFIE), prevista no PLC 164/08. Conforme o projeto, esse fundo terá natureza privada e a finalidade de "promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior", podendo contar com recursos do FSB.

– Além de desnecessário, o FFIE poderá induzir a novas políticas públicas desastrosas – observou Marcelo Piancastelli.

Para Virgílio, é preciso agir com realismo

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou ontem que o Brasil precisa definir como será feita a exploração do petróleo da camada pré-sal, para depois discutir como ocorrerá a aplicação dos recursos advindos da atividade, em benefício de toda a população.

Esse debate, de acordo com o senador, deveria ainda estar atrelado a uma proposta de reforma tributária, e não a projetos isolados que defendem a utilização da riqueza a ser gerada pelas jazidas para a redução das desigualdades regionais do país.

Arthur Virgílio, que participou do 4º Fórum Senado Debate Brasil, também advertiu que a exploração do pré-sal vai representar um enorme desafio para a Petrobras, tendo em vista a atual escassez de crédito externo provocada pela crise financeira global.

Delcídio propõe discussão "serena"

Delcídio Amaral (PT-MS) disse ontem, no fórum sobre o pré-sal, que o debate a respeito da exploração do petróleo deve ser feito "com o pé no chão, de modo maduro, equilibrado, sereno e plantado pelo bom senso".

Para o senador, temas como a redistribuição dos *royalties* da atividade petrolífera aos estados atrapalham *a priori* o debate sobre o pré-sal, tendo em vista que a exploração da jazida representa um desafio para o país em termos tecnológicos e de equipamentos.

Delcídio Amaral ressaltou que o modelo atual de concessões para a exploração do petróleo é "exitoso e tem funcionado bem". Segundo ele, qualquer alteração na Lei 9.478/97, que dispõe sobre a política energética e é mais conhecida como Lei do Petróleo, exigirá uma análise "aprofundada" para não atrapalhar os planos dos investidores.

Licitação para novos portos divide opiniões em audiência

A partir de janeiro de 2009, o governo vai abrir licitação pública destinada à construção e administração de novos portos e terminais pela iniciativa privada, de acordo com um plano nacional definido pela União. A intenção é acabar com os gargalos existentes nos portos que operam com contêineres. A informação foi prestada ontem pelo secretário Especial de Portos da Presidência da República, ministro Pedro Brito do Nascimento, durante audiência pública conjunta realizada pelas comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

O ministro disse que a entrada da iniciativa privada na construção e administração de portos, via licitação, para terminais com contêineres, é o principal objetivo do Decreto 6.620/08, assinado no dia 29 de outubro último pelo presidente Lula, que trata das políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de portos e terminais. Também disciplina a concessão de portos, o arrendamento e a autorização de instalações portuárias marítimas.

Pedro Brito informou ainda que o decreto eliminou a possibilidade de uma empresa, por exemplo, ter um terminal próprio para contêineres com uma simples permissão da autoridade portuária. A partir de agora, observou, será feita licitação para qualquer projeto destinado a novos portos. Os

terminais privativos, entretanto, – hoje há 124 espalhados pelo país – continuarão a funcionar mediante autorização, desde que, comprovadamente, sejam encarados como equipamentos de extensão dos negócios das empresas ou indústrias, a exemplo do que ocorre atualmente com a Vale do Rio Doce e a Cargill, multinacional que investe em tecnologia, equipamentos e instalações.

Críticas

Kátia Abreu (DEM-TO) garantiu que o decreto "irá afastar completamente a iniciativa privada do setor de portos". Ressaltou que ele foi feito à revelia de setores organizados da sociedade, como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), e que contraria a própria Constituição.

O decreto presidencial foi ainda criticado por Nelson Carlini, diretor-geral no Brasil da empresa transportadora de contêineres CMA-CGM, e por Luiz Antonio Fayet, da CNA.

Ao contrário de senadores como Kátia Abreu e Gerson Camata (PMDB-ES), Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu o decreto, argumentando que a licitação, nesses casos, seria uma obrigação prevista na Constituição federal. Gilberto Goellner (DEM-MT) advertiu que faltam investimentos públicos no setor, enquanto César Borges (DEM-BA) salientou que "o país inteiro reclama por infra-estrutura, especialmente portuária.



Pedro Brito (E) fala na audiência, ao lado do senador Neuto de Conto

Serys participa hoje na ABI de debate sobre Lei de Imprensa

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) participa de debate sobre a Lei de Imprensa (Lei 5.250/67) promovido pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), no Rio de Janeiro, com transmissão ao vivo pelo *site* [Comunique-se](http://www.comunique-se.com.br) (www.comunique-se.com.br), a partir das 10h30 de hoje. O deputado Miro Teixeira (PDT-RJ) e o presidente da ABI, Maurício Azedo, estão entre os convidados.

Serys é autora de projeto (PLS 382/08) que extingue a Lei de Imprensa em razão de recente decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu a eficácia de uma série de disposições da lei. A proposta foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O projeto assegura a todos a liberdade de expressão, por qualquer meio de comunicação,

e garante o sigilo da fonte. Mas o autor e o órgão de divulgação devem responder por excessos ou abusos do direito de informar, e o anonimato é vedado. A sentença judicial que reconhecer o dolo na veiculação da matéria publicada poderá até duplicar o valor da indenização.



Serys é autora do projeto que acaba com a Lei de Imprensa